

# Senado Notícias

## Prisão domiciliar para gestantes e mães é o destaque da semana

Da Redação | 11/05/2018, 17h03 – ATUALIZADO EM 14/05/2018, 11h53



Jefferson Rudy/Agência Senado



Saiba como foram os debates e votações do Senado esta semana.

### Prisão domiciliar para mulheres

Gestantes, mães de crianças até 12 anos ou responsáveis por pessoas com deficiência poderão trocar a prisão preventiva por prisão domiciliar. É o que estabelece o PLS 64/2018, da senadora Simone Tebet (PMDB-MS), aprovado pelo Plenário. O projeto também permite que mulheres já condenadas e presas nessas condições passem imediatamente à progressão de pena. O texto vai à Câmara dos Deputados.

### Divulgação detalhada de tarifa na internet

As concessionárias de serviços de gás, água, telefonia e energia elétrica terão que divulgar na internet, de forma clara e de fácil compreensão, o valor das tarifas e a evolução dos preços ao longo dos últimos cinco anos. É o que estabelece projeto também aprovado pelo Senado. O PLC 166/2017 segue para sanção presidencial.

## **Compensação ambiental**

O Senado também aprovou a MP que autoriza a criação de um fundo formado pelos recursos arrecadados com a compensação ambiental (MP 809/2017). A compensação ambiental é prevista na lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC – Lei 9.985/2000) e é paga pelos responsáveis por empreendimentos com significativo impacto ambiental, como a construção de grandes fábricas ou hidrelétricas. Aprovada na forma de um projeto de lei de conversão do senador Jorge Viana (PT-AC), a matéria segue para sanção.

## **China**

Foi aprovado o acordo assinado entre Brasil e China para assistência mútua administrativa em matéria aduaneira. O PDS 18/2018 determina que as autoridades aduaneiras de ambos os países deverão manter especial vigilância e compartilhar informações relativas ao tráfico de drogas. O mesmo se dará em relação a pessoas, mercadorias, locais e meios de transporte sob suspeita ou já sabidamente reconhecidos na prática de infrações aduaneiras. O texto vai a promulgação. O Senado aprovou ainda três indicações para embaixadas do Brasil: o diplomata Claudio Frederico de Matos Arruda para o Reino Unido; de Luís Henrique Sobreira Lopes para a Coreia do Sul e de Márcia Donner Abreu para o Cazaquistão, acumulando o cargo com a representação no Turcomenistão e no Quirguistão.

## **Saúde auditiva e oftamológica de alunos da rede pública**

Programas de assistência à saúde de alunos, como o Saúde na Escola, devem priorizar a identificação e correção de problemas visuais e auditivos, determina o PLC 104/2015, que prevê a realização desses exames. Para isso destina recursos financeiros do Ministério da Saúde, que poderá estabelecer convênios e parcerias com os governos. Caso seja detectada alguma anomalia, a criança será encaminhada para especialista do Sistema Único de Saúde (SUS). O texto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para o Plenário.

## **Violência doméstica**

A informação sobre condição de deficiência da mulher vítima de violência doméstica poderá ser obrigatória no registro do boletim de ocorrência (BO). É o que prevê o PLC 96/2017, aprovado esta semana na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta segue para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

## **Juízes e promotores em risco**

A CCJ aprovou o projeto que autoriza a colocação temporária de placa especial em veículos de membros do Poder Judiciário ou do Ministério Público em situação de risco. O PLC 166/2015 vai a Plenário.

## **Profissional de marketing**

O profissional de marketing precisará do diploma de nível superior na área para exercer a profissão, determina o PLC 103/2017, aprovado na CDH. O texto, que disciplina a atividade, permite que continuem a exercer a profissão os trabalhadores que comprovadamente já exerciam as atividades na área até a data de publicação da lei, caso seja sancionada. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Sociais, onde terá decisão terminativa.

## **Estatuto do Cigano**

Passou por mais uma etapa de tramitação o projeto que cria o Estatuto do Cigano. A CAS aprovou o PLS 248/2015, que determina ser dever do Estado e da sociedade garantir à população cigana a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. O texto segue agora para a CDH.

## **Eletrobras**

A MP 814/2017, que reestrutura o setor elétrico, foi aprovada pela comissão mista na forma de um projeto de lei de conversão. Enquanto a MP tem quatro artigos, o PLV chega a 29, tornando a matéria muito mais abrangente. O trecho considerado mais polêmico não consta no projeto de lei de conversão do relator, deputado Júlio Lopes (PP-RJ). Ele suprime o artigo que autoriza o governo a incluir a Eletrobras e suas controladas no Programa Nacional de Desestatização (PND). O texto vai para análise dos Plenários da Câmara e do Senado. A MP segue em vigência até o dia 1º de junho. Já o PLV, se aprovado, ainda deverá ser sancionado pelo presidente da República.

## **Internacional**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ratificou um acordo internacional com objetivo de modificar as regras que regem a atuação da Agência Multilateral de Garantia para Investimentos (PDS 23/2018). A comissão ainda aprovou a criação do grupo parlamentar de amizade Brasil-Coreia do Norte (PRS 18/2018). E a CRE aprovou ainda duas indicações para órgãos internacionais: de Alexandre Parola para a chefia da representação brasileira junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), e de Rafael de Mello Vidal para a embaixada brasileira em Bamako (a capital do Mali).

## **Reajuste anual de servidores**

Servidores públicos federais podem ter a garantia do reajuste anual do salário. É o que obriga a Sugestão Legislativa (SUG) 1/2018, aprovada na CDH e que agora passa a tramitar no Senado como projeto de lei. A sugestão, proposta via Portal e-Cidadania, obriga o cumprimento da garantia de data-base aos servidores públicos, prevista no artigo 37 da Constituição. Data-base é a data anual em que servidores por lei recebem o reajuste referente ao ano anterior.

## **Fake news**

O combate às fake news — a disseminação de notícias falsas — não passa só pela criminalização da prática, mas deve envolver a conscientização da população, disse em audiência pública interativa o conselheiro Miguel Matos, integrante do Conselho de Comunicação Social, ao comentar os 14 projetos de lei sobre o assunto em tramitação no Poder Legislativo. Matos elaborou um relatório sobre o tema, onde preferiu não se manifestar a favor ou contra os projetos. Ele ressaltou que caberá ao legislador a definição das normas mais adequadas. O relatório deverá ser votado pelo CCS.

## **Guarda compartilhada em casos de violência**

Debatedores de audiência pública da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher defenderam a adoção de exceções à guarda compartilhada obrigatória dos filhos, prevista em lei, em casos de violência doméstica. Os desafios e possibilidades do compartilhamento da guarda frente à violência doméstica foram tema do debate. A divisão da custódia dos filhos de pais separados é regulamentada e definida como obrigatória pela Lei da Guarda Compartilhada (Lei 13.058, de 2014).

## **Violência contra jornalistas**

Em audiência sobre violência contra jornalistas, promovida pelo Conselho de Comunicação Social (CCS), profissionais da área lamentaram os números elevados de casos de intimidação, censura e violência física contra comunicadores e condenaram a impunidade. De acordo com dados da Unesco, nos últimos 12 anos, 38 jornalistas foram assassinados no Brasil por cumprir a sua tarefa de informar ao público, mas apenas 10 desses crimes foram solucionados. Durante o seminário, o presidente do Conselho de Comunicação Social, Murillo de Aragão, afirmou que o colegiado vai trabalhar para buscar soluções para o problema.

## **Monitoramento dos gastos na educação**

Os recursos destinados à educação devem ser bem empregados e constantemente monitorados, afirmaram os participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Em discussão, o controle externo nas despesas do setor de Educação. Participaram pesquisadores, representantes dos tribunais de contas e do Ministério Público de Contas.

## **Condições prisionais**

Convidados ouvidos pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) informaram que os presos em geral não se negam a trabalhar, mas muitas vezes não o fazem por falta de condições nas unidades prisionais. O assunto foi tema de uma audiência pública realizada para debater o PLS 580/2015, que obriga o encarcerado a ressarcir ao Estado as despesas com sua manutenção.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)